Sofia Santos¹
Universidade de Lisboa
oitofevereiro@gmail.com

Acicatar o Regime: O “Depoimento de uma Angolana”, em *O Libertino Passeia por Braga, a Idolátrica, o Seu Esplendor*, de Luiz Pacheco

Resumo:

Luiz Pacheco terá sido dos autores mais provocatórios que publicaram durante o Regime de Salazar. Em paralelo ao contexto que este autor faz de “Depoimento de uma Angolana” em “O Libertino Passeia por Braga, a Idolátrica o seu Esplendor”, editado pela primeira vez em 1970, pela sua chancela Contraponto, percorreremos os parágrafos que Maria Alice Veiga Pereira, autora do texto em apreço, dedicou aos maus-tratos sofridos pelos trabalhadores escravos, às “mentiras convencionais impostas por um regime social odioso”, ao racismo e todo o seu séquito de atitudes irracionais, ao despropósito económico da plantação de algodão, entre outras experiências que esta instrutora primária viveu durante os trinta anos que co-habitou naquele regime. Faces de uma Violência poliédrica que muito dificilmente se expiará; uma mancha não só na história de Angola, como na história humana.

¹ Gostaria de deixar um profundo agradecimento ao Professor Perfecto Cuadrado e à Professora Isabel Castro Henriques, que, numa troca amabilíssima e esclarecedora de *e-mails*, me ajudou a descortinar alguns aspectos relativos aos contactos que a autora do texto, Maria Alice Veiga Pereira, teve com o autor dos últimos parágrafos deste mesmo texto, Alfredo Margarido.

Palavras-chave: Luiz Pacheco, Censura, Maria Alice Veiga Pereira, Angola, Colonialismo.

Abstract:

Enticing the Regime: “Depoimento de uma Angolana”, in Luiz Pacheco’s *O Libertino Passeia por Braga, a Idolátrica, o Seu Esplendor*

Luiz Pacheco was, possibly, one of the most provocative authors that had published during the Salazar Regime. In parallel to the context that Luiz Pacheco does of “Depoimento de uma Angolana” in “O Libertino Passeia por Braga, a Idolátrica o seu Esplendor”, firstly edited in 1970, by his seal, Contraponto”, we will go through the paragraphs that Maria Alice Veiga Pereira, the author of the text in appreciation, dedicated to the ill-treatments of the slaves workers, to the “conventional lies imposed by an hateful social regime”, to the racism e all of its retinue of irrational attitudes, to the economical nonsense of the cotton plantation, amongst other experiences that this primary-school teacher has lived for the 30 years that she co-habited in that regime. Faces of a polyhedral Violence that will hardly be atoned; a stain not only in the history of Angola, but also in the human history.

Keywords: Luiz Pacheco, Censorship, Maria Alice Veiga Pereira, Angola, Colonialism.

“Depoimento duma angolana” terá sido um texto que passou despercebido por entre a comunidade académica, política e militante. É um texto clandestino – de cuja autora, Maria Alice Veiga Pereira, muito pouco ou nada de sabe – publicado apenas, conhece-se, três vezes: a primeira em stencil, em 1961 (ano do início da luta armada pela independência e contra o colonialismo em Angola), a segunda, ainda mais secretamente, sem, até, o conhecimento do (primeiro) editor, Luiz Pacheco (imagina-se, pela mão de Vítor Silva Tavares), e uma terceira, a mais visível, na obra de Pacheco, *Textos Malditos* (1977), obra que, mesmo assim, ainda não conheceu uma reedição, apesar do seu reconhecido interesse literário e cultural. Desconhece-se, ainda, infelizmente, o impacto e a importância que este texto terá tido entre os militantes, resistentes, colonialistas, anti-colonialistas, políticos,

intelligentsia angolana e portuguesa. Sendo um texto de conteúdo impactante, forte na exposição desassomburada do tabu da prática escravagista e de tratamento sub-humano de que a maior parte dos trabalhadores era alvo, e, ainda, da corrupção, inadequamento de algumas políticas e práticas perniciosas para a economia local, torna-se intrigante pensar não só no destino dos exemplares impressos em Angola, bem como da sua autora, que, segundo Luiz Pacheco, “tenha talvez já morrido nesta chacina generalizada que ela previa e receava” (Pacheco, 1977: 131). Alvitramos uma possibilidade para a data de nascimento e morte da autora que, a confirmarem-se na Conservatória do Registo Civil de Lisboa, contrariam os receios de Luiz Pacheco. A autora terá nascido a 26 de junho de 1928, em Novo Redondo, Angola, e falecido a 26 de fevereiro de 2007, em Genebra, na Suíça, sendo filha de João Baptista Pereira e de Elvira Veiga Baptista Pereira e tendo casado, a 30 de novembro de 1946, com Davide Azevedo de Miranda Sampaio.

Referindo-me diretamente ao tema que dá nome a este artigo, podemos dizer que o escritor Luiz Pacheco (1925-2008) sofreu ou denunciou quase todas as espécies de violência – a humana, a cultural, a social, a moral –, que o regime de Salazar apadrinhava, encobria e perpetuava. De personalidade vincadamente libertária, anti-institucional e amoral, subjugado apenas à sua ética do respeito pela literatura e pela função social que esta deveria desempenhar, Luiz Pacheco viveu praticamente toda a sua vida ancorado ao ideal surrealista da suprema e inquestionável liberdade, editando pioneiramente autores proscritos, cunhados de malditos, e fazendo da sua *persona* literária, qual Santo Genet, um veículo para a denúncia de todo o tipo de injustiças sociais e culturais.

De facto, à parte o seu riquíssimo espólio diarístico, ficcional e epistolográfico, terá já afirmado o autor que a sua grande obra terá sido a editorial², arriscando contra todas as convenções instaladas num Portugal apodrecido pela coação e constrangimento da ação e da

² Cf. Luiz Pacheco, “Uma picardia a Mestre Almada”, in *Textos de Guerrilha I*, Lisboa, Ler, 1979, p. 18.

palavra, apoiado muitas vezes por uma *intelligentsia* cultural que sobrevivia orlada pela convivência velada com a Censura. Pioneiro na edição do Marquês de Sade em Portugal, corria o ano de 1959³, Luiz Pacheco foi também o primeiro (e único) a fazer circular, em 1961, um texto tão proscrito quanto a palavra “revolução” era para os ouvidos de Salazar. Terá sido apenas através deste editor que o impressionante testemunho de Maria Teresa Veiga Pereira, “Depoimento dum Angolana”, foi lido não só em Portugal como também em Angola. Poucos estudiosos mencionam o impacto do gesto de Luiz Pacheco, que fez circular em 1961 – *annus horribilis* para Salazar no começo da guerra pela independência de Angola –, um texto que resumia cruamente todas as práticas escravagistas perpetradas pelos portugueses nas colônias, destronando graficamente o mito da colonização pacífica.

Antes de ter integrado “Depoimento dum Angolana” numa das suas obras cimeiras, *Textos Malditos* (1977), e antes sequer de lhe ter feita menção num dos seus icônicos textos, escrito em Outubro de 1961, “O Libertino Passeia por Braga, a Idolátrica, o Seu Esplendor”, Luiz Pacheco manifestou a sua preocupação perante a gravidade da guerra colonial ao lançar em Luanda, com a colaboração de António Colaço, o texto de Veiga Pereira dois meses depois de a guerra começar. Infelizmente, nada ou quase nada se sabe sobre a autora, sobre como Luiz Pacheco teve acesso ao texto ou sobre posteriores circulações deste testemunho. Alvitro a possibilidade de que foi pela mão Vítor Silva Tavares, que vivera em Angola entre 1959 e 1962, mais precisamente em Benguela e Lobito (Tavares, 2013: 129) – trabalhando como jornalista no jornal *O Intransigente* e no *Notícia*, de Luanda, para onde Luiz Pacheco chegou a enviar colaboração –, que o texto de Veiga Pereira terá circulado. Joana Emídio Marques afirma,

³ Com *Diálogo entre um Padre e um Moribundo*. “[N]ão li, nem sei mesmo se haverá, referências, influências manifestas, traduções ou tentativas de publicação de qualquer obra de Sade em Portugal (...)”, Luiz Pacheco, “O Sade aqui entre nós”, posfácio à primeira edição de *A Filosofia na Alcova* de Marquês de Sade, ed. Fernando Ribeiro de Mello, pref. David Mourão Ferreira, posf. Luiz Pacheco, trad. Hélder Henrique, Lisboa, Afrodite, 1966.

inclusivamente, que o editor da *&etc* terá sido “um dos primeiros a denunciar a escravatura encapotada que se escondia sob o “imposto indígena”” e que “[e]m 1961 (ano dos massacres que deram origem à guerra em Angola), esta denúncia do regime escravagista praticado sobre os negros faz com que Silva Tavares seja raptado e quase assassinado por colonos brancos” (Marques, J. (2015), “Vitor Silva Tavares, o último dos rebeldes”, [on-line] <http://observador.pt/especiais/vitor-silva-tavares-o-ultimo-dos-rebeldes/>. 31.08.2016).

“Depoimento duma Angolana” impactuou pela primeira vez em terras lusas quando mencionado em “O Libertino”, texto esse que, publicado em 1971, fora imediata e inapelavelmente apreendido pela PIDE, ou não fossem mais reais as imagens que adornavam o tema-tabu da guerra colonial do que propriamente a presença fantasmática do anticlericalismo vigilante das perdulárias práticas eróticas e sexuais de um Don Juan caricatural. Este texto de Pacheco mereceu uma 2.^a edição, em 1970 ou 1971, distribuída clandestinamente em Luanda, sem conhecimento do autor. Na 4.^a edição, já pós 25 de Abril, Pacheco anexou ao seu texto, pela primeira vez, a transcrição integral d’ “O Depoimento”, o que, apesar de tudo, continuou a valer a Pacheco e ao seu editor, o corajoso e excêntrico Fernando Ribeiro de Mello, da Afrodite, a ininterrupta proscricção dos “puritanos do PêCê, da católica hipocrisia, do provincianismo tacanho” (Pacheco, 2004: 196). Além de estar empenhado na cópia d’ “O Depoimento”, para a fazer circular, Luiz Pacheco está atento à situação colonial – preocupado, inclusivamente, com o destino dos seus filhos sucumbindo ao “[s]eu maior pavor, que era a guerra assassina no Ultramar, a guerra inútil” (Pacheco, 2004: 193) – e várias vezes manifestou a sua vontade, especialmente no *Diário Remendado*, em ir para Angola, quer para ensinar quer para criar obra a partir das suas observações, como se pode ler neste exemplo: “Estive esta manhã a magiar num Diário Angolano, eu um mês ou dois em Angola, vendo e apontando, e mandando uma carta diária para cá (como garantia), como fez o Vailland na Indonésia.” (Pacheco, 2004: 172).

Mesmo n’ “O Libertino”, Luiz Pacheco, tendo sob pano de fundo o *topos* (trabalhado caricaturalmente) que intitula o texto, faz coabitar

com a personagem principal e outras que com ela interagem presenças subordinadas à temática da Guerra Colonial e alusões e referências irônicas ao imperialismo colonialista português. Essas provocações ombreiam com uma aparente banalização das questões políticas em detrimento do verdadeiro interesse do protagonista, postura que enfatiza a atitude provocatória, adivinhando, como afirma o autor, que “[a] qui a luxúria envolveu-se no campo perigoso da política” (Pacheco, 1977: 36). Uma dessas personagens é um soldado que o protagonista encontra na rua, “pronto a ir atrás de uma promessa, duma mentira qualquer” (isto é, para Angola), mesmo não sendo um herói, embora “tudo isso o entristeça muito, mas sem emoção” (Pacheco, 1977: 41-42). O impacto dos parágrafos acerca do texto de Veiga Pereira foi tal que mesmo no “Libertino” de Pacheco, considerado uma recriação autobiográfica, uma personagem, representativa, *latu sensu*, do público, se recusa a ouvir a leitura que dele fazia em voz alta um cabo ou sargento que estaria de partida para Angola. É Luiz Pacheco, personagem, quem lhe dá a ler o texto como advertência ao que lá se praticava:

No meu quarto dou ao sorja o *Depoimento duma Angolana*. Ele começa a ler em voz alta. Lê bem, mesmo as gralhas. O tipo do olho branco começa a ficar branco pró resto da cara. [...] Discussão atrapalhada ou trapalhona sobre Angola-é-Nossa, pretos maus e brancos bons e vice-versa, com o sorja. O do olho tapado diz que tem gente à espera e desaparece. A discussão com o sorja nunca se azeda: ele diz que sempre é bom um tipo estar informado, eu digo-lhe que ele me pode prender ou mandar prender, mas que é o *meu dever* (tirada de editor patriota), ele tem medo de deixar as impressões digitais no papel, eu digo-lhe que a autora (branca, *note*, branca, filha de brancos e casada com um branco) já foi chamada à Pide, ele suporá agora que sou eu da Pide, estamos os dois bêbedos e taralhucos, acaba por jurar que pode morrer mas aquilo é nosso e foi nosso, sim, que há uma razão para se defender, e que pensa que há-de ter a sorte de matar ao menos um preto antes de o matarem a ele, e sai, jurando mortes e glórias. É um doido. (Pacheco, 1977: 37)

No preâmbulo à publicação do “Depoimento”, em anexo a *Textos Malditos*, Luiz Pacheco critica a atenção circunstancial do público

à importância de um testemunho como este, reconhecendo que o ideal libertário alcançado com o 25 de Abril ainda não havia sido sentido pela maioria das pessoas:

Agora que em Angola, pela primeira vez, segundo se lê nos nossos jornais, correu sangue inocente de gente branca (mulheres e crianças), como, desde há séculos, vinha sendo derramado sangue inocente de gente negra (homens e mulheres, velhos e crianças) escravizada e explorada da maneira mais brutal, mais catolicamente piedosa, pareceu-nos oportuno recordar e divulgar o que nos contou uma angolana, branca e filha de brancos, casada com um branco (todos portugueses), que esteve aqui recentemente numas férias e talvez tenha já morrido nesta chacina generalizada que ela previa e receava.

O seu depoimento é quanto a nós importante porque ela conhecia, por lá ter vivido muitos anos, precisamente a região do norte de Angola onde se manifestaram com mais violência os primeiros focos da insurreição nativa; e também concludente para se poder avaliar da justiça de uma causa que o nosso povo, do Minho ao Algarve, há-de sentir como sua própria – por cima dos interesses da Quadrilha que nos governa e mantém, negros e brancos, num igual estado de miséria e sujeição. (Pacheco, 1977: 131-132).

Será difícil resumir as revoltantes práticas de controlo colonial e humilhação laboral e humana que Veiga Pereira descreve no seu “Depoimento”, uma vez que praticamente todo o texto se reveste de uma perifrástica e enumerativa denúncia das muitas subversões económicas, culturais e humanas que vão desde a sabotagem das culturas das populações locais, à ruína de campos de cultivo por mão da ambição e do desconhecimento agrícola; da obstrução à alfabetização à coação da aprendizagem e tentativas de crescimento pessoal; da humilhação psicológica à tortura e violência físicas... Enfim, o pleno e inexprável desrespeito pela vida dos habitantes locais ombreava com as esperanças tentativas de sobrevivência e crescimento dessas populações, que o leitor testemunha e cuja impotência desencadeia um impacto crescente. Maria Alice Veiga Vieira viveu durante 30 anos ou mais em Angola enquanto professora primária, lutando também

pela instrução das populações locais. Principia o seu texto dizendo que: “Há trinta anos que ali vivo, no meio das mentiras convencionais que nos são impostas por um regime social odioso. Mas parece-me que chegou a hora de dizer algumas verdades” (Pacheco, 1977: 133). Diz ser “filha de um funcionário do quadro administrativo de Angola, casada com um funcionário de um organismo corporativo da colónia”, e que ela mesma exerceu “as funções de professora primária oficial” (133). Segundo a autora, ser Chefe de Posto em Angola era como ocupar um lugar régio absoluto, possibilidade que nos adverte para a facilidade de abuso desse poder num local ainda por explorar e com populações subjugadas pela necessidade de sobrevivência. Na verdade, essa necessidade terá sido incutida pelos colonizadores, uma vez que “[p]ossuindo muitas belezas naturais, esta região montanhosa, de férteis vales, produz o suficiente para que os seus habitantes não se vejam obrigados, senão pela força, a procurar trabalho noutras regiões. Mas são-no. O *contrato* é uma das maiores fontes de negócio da nossa administração em Angola” (134). A expressão *contrato*, sempre em itálico, dissimulava a legitimação da prática da escravatura, um mercado que, segundo a autora, crescia intensamente por conta dos donos das fazendas e das roças que necessitavam de mão-de-obra para as trabalhar. Embora mal tratados e remunerados, nunca trabalhando de sua livre vontade, que “para pagar um cobertor, um calção e uma camisa e algum imposto atrasado trabalham de sol a sol, debaixo do impiedoso chicote do capataz, sem conseguir nunca um saldo positivo” (135), os homens são obrigados a apresentarem-se aos Chefes de Posto após os angariadores os forçarem a partir de suas casas e das suas terras. As suas mulheres, inclusivamente, eram obrigadas a abrir e limpar as estradas, algumas grávidas e com filhos às costas, para que o Governo português não despendesse um centavo nessa tarefa. A autora descreve o processo de pagamento dos contratados:

o angariador recebe a sua comissão do roceiro e paga ao administrador a parte que lhe compete (nesta altura um conto de réis por cabeça e quinhentos escudos ao Chefe de Posto). E o mercado continua cada vez mais próspero. Só assim se compreende que um funcionário administrativo

que, embora tenha casa, criados e parte da alimentação de graça, mas cujo ordenado é superior a três contos mensais, consiga gastar os dez contos e mais por mês, ter casas e quintas na Metrópole, e muitas vezes filhos a esbanjarem fortunas pelo estrangeiro. (134-135)

E havia regras na transição de posto para posto, isto é, de área para área: nenhum futuro trabalhador poderia sair de sua casa ou mudar de posto sem levar um livrete de trânsito e caso o fizesse seria severamente castigado. Essa guia de transporte era obrigatoriamente paga com propriedades do trabalhador, habitualmente animais, um gesto simulando uma oferta e cuja ilegalidade havia sido implementada como se de uma lei se tratasse. Além das condições de trabalho serem abusivas, os castigos eram frequentemente aplicados:

O castigo corporal é ainda o grande método adoptado. Eu vi um negro, centenas de negros, serem assim castigados pelos processos mais bárbaros que é possível imaginar.

O Chefe de Posto dá ao sipaio ordem para começar. Este pega numa grossa palmatória e vai batendo. Um sipaio, armado de um chicote, dá uma forte chicotada ao negro de cada vez que ele encolhe a mão. Entretanto, para se distrair, o Chefe de Posto vai tomar o pequeno-almoço, ou passeia pelo acampamento mais próximo para evitar ter de ouvir os gritos do castigado. As cinquenta palmatoadas é costume não se poder continuar: o sangue esguicha e a pele das mãos está toda agarrada à madeira. Mas ainda há tantos sítios onde se pode bater! As palmas dos pés aguentam ainda mais. E depois, o negro é deitado no chão de rabo nu para o ar, é-lhe colocada sobre as nádegas uma serapilheira molhada, para a pele resistir melhor, e a pancadaria recomeça. Depois disto, não há realmente mais onde se bater. Um pobre farrapo humano, ensanguentado, meio morto, está aos pés de um governo que se gaba de praticar os melhores métodos colonizadores e de assimilação rácica de toda a História!

O negro é levado para a *zona* (assim é chamado o posto clínico de enfermagem, com pessoal e apetrechamento muito rudimentares) e ali fica hospitalizado durante dias, até que possa voltar para o Posto para acabar de cumprir a pena, trabalhando na estrada, no *contrato* ou onde a melhor ou pior disposição do Chefe o decidir. E isto acontece sempre quando

volta da zona. Quando não volta, os registos médicos atribuem-lhe uma morte qualquer – por doença do sono, paludismo, biliosa ou outra, há tanto por onde escolher... Sim, mas todos na colónia sabem que é proibido bater nos negros. Assim o diz o Terreiro do Paço e o Governador-Geral nos seus discursos. Assim o dizem as notas oficiais. Mas as notas *confidenciais* levam ordens em contrário. (136-137)

Ombreado os castigos diretamente infligidos, a saúde e alimentação dos trabalhadores negros eram várias vezes negligenciadas em detrimento do dinheiro que poderia poupar-se. A autora relata o exemplo da farinha de peixe (muitas vezes já em avançado estado de podridão) que era vendida com um considerável desconto por um comerciante ao funcionário encarregado de a comprar, mas que passava a fatura para a Junta com o preço habitual, enviando a diferença ao funcionário, acrescida de uma boa gorjeta, repartida também pelo Chefe de Serviços: “dezenas [de trabalhadores] caem doentes com diarreia, o que dá lugar a jocosos ditos dos referidos homens brancos. E como não são tratados devidamente e a assistência médica é uma burla, alguns deles morrem” (144). Esta era apenas parte do negócio clandestino que fez crescer o cosmopolitismo luandense. Outra das práticas que arruinou largas culturas era a do cultivo obrigatório do algodão. Durante cinco anos, em todos os Postos, os Chefes obrigavam os contratados a cultivar cinco hectares de terreno com algodão. A autora afirma que, “logo no primeiro ano, verificou-se que certas regiões eram improdutivas” (141) mas, ainda assim, o cultivo permaneceu obrigatório – quem o recusasse sofreria fortes represálias –, sob a supervisão de técnicos algodoeiros e engenheiros agrónomos incapazes, sem formação e sem vontade de trabalhar naquela área. Durante esse tempo de cultivo, a fome grassou nas regiões em que o algodão não germinava, pois as culturas dos contratados, que lhes garantiam sustendo, foram abandonadas. Inclusivamente, o engenheiro agrónomo Alberto Cabral Nabais fora enviado pela Junta do Algodão aos Estados Unidos para que estudasse assuntos relativos à cultura do algodão. As máquinas topo de gama que trouxe nunca foram usadas e ficaram na Estação de Luanda, expostas aos visitantes;

quem se utilizava delas eram os filhos dos funcionários da Estação que brincavam com elas:

Não eram só as máquinas que se estragavam: a Estação fez diversas plantações experimentais; em certo ano, o milho foi descaroçado numa grande eira que a Estação possui. E ficou ali à espera que lhe dessem qualquer destino. E tanto esperou, que um dia, quando a Estação recebeu a visita de um dos membros americanos do Plano Marshall, estava já bastante gelado... Entre as fotografias tiradas por este alto funcionário (cujo nome me esqueceu), uma foi na dita eira. Resta-nos a esperança de que na dita fotografia não se notasse o gelado do milho, em que o visitante decerto devia ter reparado... Mas na povoação indígena, que fica ao lado da Estação, dezenas de pessoas vão morrendo aos poucos por subalimentação! Tudo isto se passa na região de Catete, a uns trinta quilómetros de Luanda, capital de Angola. (146)

Juntamente com a problemática ostensiva do algodão, a autora destaca especialmente a convivência maquiavélica, cruel e humilhante que os colonizadores e suas famílias mantinham com os negros, com o exemplo de um almoço em que os criados, impecavelmente fardados de branco apesar do calor, se apresentavam com grandes ossos atravessados na boca, segurados pelos dentes, e dois ossos menores instalados nas suas narinas. Serviam assim o almoço durante todo o tempo, alvo do gozo e da humilhação alheia. A autora que reforça que, “[a]lém destas estúpidas brincadeiras, que talvez um dia venham ainda a pagar-se muito caras, os mesmos senhores brancos costumavam, ao fim da tarde, ir para as suas casas montados às costas dos seus criados negros, alguns bem mais fracos do que os patrões” (139). Além de outros episódios de racismo detalhadamente descritos, e do caso de um rapaz servente que foi obrigado pela comunidade de senhores a deixar de estudar, a autora termina o seu relato dando a conhecer a maneira particularmente cruel como o administrador Manuel Figueira de Sousa, um homem profundamente traumatizado pela guerra e traições conjugais, e a quem os seus trabalhadores alcunharam de Cabiaca (que traduzido significaria “pior que o Demónio”) tratava os seus subordinados, garantindo que as atrocidades que

praticou iriam com toda a certeza ficar nos anais de Angola. Doido e cruel, foram centenas os negros e brancos que assassinou. Um dos seus métodos preferidos era o da indigestão, obrigando os seus trabalhadores que não comiam durante dias a ingerir uma farta refeição composta por alimentos demasiado pesados para o seu fraco estomago. Dos dois últimos parágrafos, escritos por Alfredo Margarido, destaca-se a conclusão deste depoimento, com que também termino a comunicação, como um prolongamento do gesto de Veiga Pereira e de Luiz Pacheco não tanto hoje na denúncia, mas na exposição da crueldade e injustiça que se pretendia ser do conhecimento comum:

O Chefe de Posto Tito Lívio Maria Feijó, que deixou memória na região de Lépi, utilizava uma maneira muito sua de cronometrar as violências exercidas sobre os seus «administrados». A sua ordem ao sipaio, encarregado de dar palmatoadas nos negros «prevaricadores» eram sempre: «Bate, enquanto eu fumo dois cigarros», e a ordem era rigorosamente cumprida, pois o próprio sipaio podia ser a vítima seguinte...

Os dois últimos parágrafos deste texto foram escritos pelo Professor Alfredo Margarido, autor de uma obra multifacetada e polímata que, além de um escritor contra-corrente e apaixonado pelo Surrealismo, era estudioso da história e cultura africanas e aguerrido militante anti-colonialista, tendo vivido alguns anos em África, nomeadamente em S. Tomé e Príncipe, onde trabalhou na produção agrícola, e em Angola, responsável pelo Fundo das Casas Económicas. De acordo com Isabel Castro Henriques, Alfredo Margarido, preocupado com questões sociais, antropológicas e culturais dos povos africanos, procurou sempre deixar a sua contribuição nos textos e obras concernentes às temáticas do anti-colonialismo, tendo escrito para amigos e conhecidos, satisfazendo alguns pedidos, como eventualmente no caso de Maria Alice Veiga Pereira, a quem Alfredo Margarido terá prestado a sua colaboração neste texto. A Professora esclarece, inclusivamente, que Alfredo Margarido procurava constantemente esclarecer-se e estudar acerca do colonialismo e escravagismo, associando esse trabalho à sua militância e ajuda na luta pela independência de Angola. Além disso, qualquer texto ou documento acerca destas temáticas

e que pretendesse denunciar a situação escravagista seria superlativamente valorizado se tivesse a ele associado uma participação de Alfredo Margarido, o que nos conduz às motivações de Veiga Pereira em incluir a participação do Professor no seu depoimento, que, escrito em 1961, ano do início da luta armada em Angola, se viu reforçado no seu impacto e renome.

Apesar de este texto ter caído no esquecimento, teve, decerto, impacto na sociedade angolana e portuguesa, apesar de não sabermos qual a profundidade e duração desse impacto. Seria um texto que, clandestinamente, circulava em Portugal e despertava o receio e a curiosidade (recorde-se a preocupação de uma das personagens de “O Libertino” em deixar as suas impressões digitais no papel onde depoimento estaria impresso), mas ainda está por conhecer a recepção que alguns parágrafos tiveram por entre os intelectuais e a classe política, pois, quanto a nós, em nenhum estudo ou obra ele terá sido contemplado.

Referências bibliográficas

- DOMINGOS DA COSTA, P. (2013), *&etc: Uma Editora do Subterrâneo*, Letra Livre, Lisboa.
- MARQUES, J. E. (2015), “Vitor Silva Tavares, o último dos rebeldes”, [on-line] <http://observador.pt/especiais/vitor-silva-tavares-o-ultimo-dos-rebeldes/>, 31.08.2016.
- PACHECO, L. (2004), *Diário Remendado*, Dom Quixote, Lisboa.
- (1977), “O Libertino Passeia por Braga, a Idolátrica, o Seu Esplendor”, em: *Textos Malditos*, capa e ilustrações de Henrique Manuel, Afrodite, Lisboa, pp. 17-48.
- VIEIRA VEIGA, M. A. (1977), “Depoimento duma Angolana”, em: Pacheco, L., *Textos Malditos*, capa e ilustrações de Henrique Manuel, Afrodite, Lisboa, pp.129-152.